



# **As regularidades do sistema urbano cearense: manutenções versus modernização**

**Francisco do O de Lima Júnior<sup>1</sup>**

## **Resumo**

Quando comparada aos demais casos brasileiros, o sistema urbano do Ceará se constituiu de forma tardia e, a partir da lógica de garantir a circulação de excedentes produzidos e reproduzidos sob supremacia do capital mercantil, toma feições que não sofrem mudanças nas suas tendências que perseveram nos dias atuais. Assim, o objetivo do presente trabalho é explorar as regularidades desse sistema evidenciando as manutenções face ao processo de modernização político-econômica. Utilizou-se a metodologia descritiva fundada na abordagem estrutural fazendo uso de informações estatísticas de caráter secundário obtidas em banco de dados de instituições de pesquisa como IBGE. Observou-se que o ordenamento deste sistema urbano confirma manutenção das rigidezes associadas ainda à lógica de sua formação, recorrente na contemporaneidade pela constante mobilização de regionalizações com base em polos e hierarquias fundadas em elementos de competitividade diferenciados.

**Palavras-chave:** Sistema urbano; Ceará; Manutenções e modernização

---

*Recebimento: 19/2/2013 • Aceite: 6/2/2014*

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Estágio Doutoral no Institut Geographie da Universität Innsbruck, Áustria com bolsa do Programa PDSE/CAPES. Mestrado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - DE/URCA, Brasil. E-mail: limajunior\_economia@yahoo.com.br

## **Urban system's regularities in the state of Ceará: maintenances versus modernization**

### **Abstract**

When compared to other Brazilian cases, the urban system of Ceará was formed so late, and from logic to guarantee the movement of surplus produced and reproduced under the supremacy of the “capital mercantil”, which takes features not subject to changes in their tendencies who persevere in today. The objective of this work is to exploit the regularities of the system showing the maintenance face the process of political and economic modernization. We used a descriptive methodology based on structural approach using information statistics obtained secondary quality in database research institutions such as IBGE. It was observed that the urban planning of this system confirms still maintaining the rigidities associated with the logic of its formation, the applicant nowadays by the constant mobilization of regionalization based on poles and hierarchies based on different elements of competitiveness.

**Keywords:** Urban system; Ceará; Maintenance and modernization

## Introdução

A caracterização da estrutura urbana cearense apresenta menor grau de intricação quando confrontada com a de outras regiões. Isto decorre, em meio a outros, de dois grupos de constituições: de um lado estão os aspectos e particularidades de sua formação e, de outro, as formas que o processo de urbanização e suas intercalações com a estrutura produtiva assumem na contemporaneidade, essencialmente quando se trata de um quadro periférico dentro da própria periferia capitalista, como é o caso do estado do Ceará.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo explorar as regularidades do sistema urbano cearense a partir do confronto entre manutenções decorrentes da sua formação econômico-histórica e de seu processo de modernização. A suposição norteadora consiste na ideia de que há constante revigoração de suas rigidezes de formação, dentre elas, os contornos de produção e reprodução pautados no predomínio do capital mercantil.

Para tanto, o trabalho está dividido em três seções seguidas das considerações finais. Num primeiro momento, é discutida a formação do sistema urbano do Ceará situada nas determinações do aparelho de produção pecuário-algodoeiro. Em seguida, é dado tratamento aos requerimentos da extensão do desenvolvimentismo ao Ceará a partir de fins da década de 1950 e de como a reversão não promove alterações da dinâmica estrutural urbana. Essa discussão é desdobrada na seção posterior que trata dos pronunciamentos de mudança com o advento de um novo paradigma de gestão, emblemático do *hegemon* neoliberal, e suas implicações no sistema, apontando algumas notas sobre as regularidades dos limites ao crescimento.

## A formação da rede urbana cearense: da civilização do couro ao ouro branco

A apreensão acerca da conformação do que se constitui o sistema urbano do Ceará requer considerar que, no levantamento dos aspectos da sua formação, não se pode prescindir de que, apesar de estar na primeira região ocupada, a sua colonização ocorre tardiamente (SOUZA, 2007, p. 13). Os capítulos desta ocupação retardada estão imbricados aos imperativos maiores da expansão territorial na longa fase de declínio e contração econômica ocorrida a partir dos acontecimentos do século XVII, apresentadas por Furtado

(2007, p. 109)<sup>2</sup>. Durante quase dois séculos, o litoral cearense teve pouca expressividade, servindo mais como um entreposto para a rota marítima - que ligava a sede do estado do Grão-Pará e Maranhão aos centros de produção agroexportadora canavieira - além das tentativas de fixação de núcleos de defesa. Após alguns fracassos, tanto no combate com os indígenas, quanto com invasões estrangeiras, um desses núcleos daria origem à cidade de Fortaleza.

Outro ponto distinto deste retardamento está no próprio desenvolvimento da atividade exportadora canavieira na região da Zona da Mata ao desenvolver às suas expensas o subsistema da pecuária como atividade de apoio na manutenção do monopólio da cana criando as bases para a ocupação do Nordeste continental não açucareiro (OLIVEIRA, 1993).

Para perceber o regime de ocupação territorial, convém deter as características gerais desta atividade: a presença de mão-de-obra não escravista baseada em relações de parceria e o ínfimo nível de inversões ocasionariam a pouca monetização e os baixos custos de reposição, sendo a ocupação extensiva o suporte da expansão. Assim, a margem de capitalização era pequena e os efeitos das crises externas eram sentidos indiretamente, pelo declínio da atividade canavieira, fazendo crescer o setor de subsistência pelo incremento de mais mão-de-obra e novas terras, expandindo a frente de ocupação do sertão. Recomenda-se para maiores aprofundamentos a excelente literatura disponível, que versa sobre o desenvolvimento regional do Nordeste e suas problemáticas<sup>3</sup>.

É nestas determinações que a ocupação do Ceará será diferenciada, tendo seu maior movimento a partir dos limites interioranos com o estado do Pernambuco, ao invés de vir pelo litoral<sup>4</sup>. Souza (2007) recorre ao historiador Capistrano de Abreu (1976),

---

<sup>2</sup> Entre estes acontecimentos, Furtado (2007) destaca, além do domínio holandês sobre a quase totalidade das áreas de produção açucareira, as dificuldades naturais de comunicação da parte norte do território colonial e seu isolamento pelos obstáculos impostos pelos ventos à navegação, justificando a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão que ia do Ceará à Amazônia e estava diretamente ligado à metrópole.

<sup>3</sup> Além de Furtado (2007, 1989), Oliveira (2003), Guimarães Neto (1989), Cano (2007).

<sup>4</sup> Segundo Pinheiro (2007), há um debate sobre o sentido da ocupação cearense. A percepção interiorana de Abreu (1976) seria confrontada com a de Bezerra (1990), que afirma que a ocupação cearense deu-se a partir do litoral, tendo como caminho o leito do rio Jaguaribe a partir de sua foz, localizada na cidade de Aracati, litoral leste, e divisa com o Rio Grande do Norte.

afirmando que são formadas correntes exploratórias advindas dos estados da Bahia e do Pernambuco que seguirão por caminhos distintos, dando origem a núcleos de aglomeração a partir das fazendas de gado. A primeira corrente segue as rotas que chegam ao interior do estado e desvia-se em direção ao estado do Piauí, ao passo que a segunda segue o leito do rio Jaguaribe nas regiões lindeiras da divisa com os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chegando ao litoral.

Assim, os povoados-fazenda implantados farão surgir as primeiras vilas em torno da pecuária que, posteriormente, originarão as cidades. Souza (2007) sustenta que, como em toda a experiência do período, a criação institucional de vilas e cidades no Ceará terá o intuito de consolidar/controlar a posse do território, requerida na implantação de atividades administrativas, militares e religiosas. No caso do Ceará, apesar de tardia, chegará às vésperas da independência como a terceira província com maior número de vilas (AZEVEDO, 1956). Para outros autores, como Jucá Filho (, p. 85), a formação dos povoados a partir da pecuária não possui em si nenhuma espontaneidade, muito pelo contrário, surge como estratégia que facilite a produção, reprodução e circulação, isto é, a gestão territorial das atividades da pecuária.

A conquista/ocupação extensiva com base na geração de um excedente comercializável a partir da pecuária configurou as aglomerações iniciais sobre as quais se constituirão as cidades para o comércio. O predomínio da cidade comercial durante longas fases da história do Ceará e sua organização política aliados aos elementos do passado colonial implicam a sua capacidade de organização do território (SINGER, 1975, p. 110).

Nesse contexto, é importante destacar não só o estabelecimento pela ocupação, mas o processo de conexão que vai se criando pela necessidade de escoamento para comercialização que se dava nas feiras dos polos da zona açucareira, principalmente Goiana, Olinda e Recife, no estado do Pernambuco. A articulação feita, embora precária, fixa uma malha de estradas e caminhos vicinais que integrou os núcleos e fazendas e suas hiterlândias nas distintas regiões do estado e este aos seus vizinhos<sup>5</sup>.

Esses aspectos históricos da articulação e desenvolvimento do sistema urbano tendo como dinâmica principal os grandes eixos de

---

<sup>5</sup> Os principais caminhos eram as Estradas das Boiadas, das Boiadas Novas, Geral do Jaguaribe, Caiçara, Crato-Oeiras e Crato-Piancó (SOUSA, 2007; LIMA, 2008).

comercialização ainda são tônicos na configuração recente da rede urbana brasileira aplicando-se o processo de centralização de riquezas com a constituição de circuitos de forças, como afirma Lefebvre (2001, p. 12), que acolhem a transferência de riquezas. Sua exponenciação ocorre na região Nordeste, favorecendo a validade de análises de concepção empirista, tão em voga nos estudos urbanos e regionais, com foco na lógica da circulação.

A vila e depois cidade de Icó se constitui ponto de integração destas conexões, o que lhe atribui papel de mais importante centro do interior do Estado. Conforme Lima (2008), por esta aglomeração passavam todos os fluxos comerciais de mercadorias como algodão, couros, charque, farinhas, rapadura, sabão<sup>6</sup>.

A integração colocava como problema o desgaste dos rebanhos nas grandes distâncias percorridas, já que o mercado primordial ao qual se dirigiam era o da Zona da Mata. A partir daí, o gado passa a ser comercializado já abatido, em forma de carne salgada, dando origem às conhecidas *charqueadas* e nos mesmos locais surgem os curtumes artesanais para beneficiar o couro. O desenvolvimento deste circuito ficou conhecido por “civilização do couro”, tendo suas implicações cimentadas não somente na ocupação do espaço, mas fundamentalmente nos aspectos assumidos pela organização social. Os elementos desta caracterização vão ser mais fortes ainda quando se desenvolve o ulterior advento da cultura do algodão, na segunda metade do século XIX (SILVA, 2007, p. 216).

Os capítulos mais detalhados deste advento inserem-se no contexto das relações internacionais a partir do mercado que surge com a Guerra da Secessão norte-americana (OLIVEIRA, 1993, p. 41). O que é importante deter deste momento para o interesse do presente estudo são seus efeitos no que concerne à organização territorial com base no fundamento geral de que, embora sobre uma formação comum, a origem de cidades acontece na prosperidade de diferentes atividades econômicas.

A emergência do algodão como principal economia cearense provocou mudanças significativas na sua inserção no contexto interno que terão implicações no dimensionamento do sistema urbano. Não obstante provoque mudanças em termos da organização da sociedade já que a sua base, mais do que nunca, pautava-se pela produção de um

---

<sup>6</sup> A vila Real de Icó foi a terceira a ser criada no estado (1736) depois de Aquiráz (1700) e Fortaleza (1726). Conforme é possível observar no levantamento feito por Azevedo (1956).

excedente primário comercializável no exterior, estas mudanças criam condições de alterar o sistema de transporte pela introdução da ferrovia. É a exportação do algodão que concebe os aspectos da conformação do sistema urbano cearense, cujas manutenções são refuncionalizadas nos marcos da modernização atual conforme.

O primeiro deslocamento está na alteração do fluxo que até então dinamizara a ocupação e urbanização. A antiga integração tinha propagação através dos centros coletores e de escoamento. Neste último caso, além das vilas que originaram cidades na extremidade Sul do estado, tinham grande importância os portos de Aracati (foz do rio Jaguaribe) no litoral leste, Camocim e Acaraú (foz do rio Acaraú) no litoral oeste. Com o apogeu algodoeiro e sua localização nas terras sertanejas mais centrais, o eixo Aracati-Icó que, até a primeira metade do século XIX foi o centro convergente das atividades econômicas, desloca-se para as áreas produtoras (SOUZA, 2007, p. 21-22). A mudança de fato ocorre com a construção da ferrovia ligando a capital Fortaleza ao Cariri (Sul do Estado) passando pelas áreas de maior produção<sup>7</sup>. Mais tarde, dois outros troncos de ferrovias são construídos, ligando Fortaleza-Sobral, na região norte do estado, ao porto de Camocim, com um ramal seguindo pra Crateús, na divisa com o Piauí.

Oliveira (1993, p. 41) enfatiza a fase de ligação da economia cearense ao capitalismo mundial inaugurada neste momento, que não se limita ao comércio de suas mercadorias diretamente com a indústria têxtil, aprofundando-se com a presença do capital financeiro inglês financiando a total construção das estradas de ferro.

O papel de destaque das ferrovias na configuração da rede urbana é estudado por inúmeros outros autores, cujos elementos de análise podem ser estendidos ao que ocorre no Ceará. Dentre eles, Santos (1982, p. 98) lembra a estrada de ferro como instrumento de expansão do sistema capitalista, que se dá pela adesão do seu território ao capitalismo internacional na sua fase de *boom*, proporcionado pela diversificação industrial europeia e sua demanda por matérias-primas. O autor destaca que essa conexão acontece dentro de um esquema que reforça as relações de dependência.

Além da infraestrutura para armazenar os grandes estoques, foram se desenvolvendo, em alguns destes centros, manufaturas para o primeiro beneficiamento da fibra fazendo surgir indústrias de

---

<sup>7</sup> Esta ferrovia era denominada de Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, por fazer a ligação inicial entre estes municípios. Em 1927, começa o funcionamento até a cidade do Crato, na divisa com o Pernambuco.

descaroçamento, produção de óleos e sabão, favorecendo a reafirmação destes núcleos urbanos. É importante considerar, entretanto, a inexistência de condições para que a atividade industrial assumisse o papel que tivera em outros espaços, como fora o caso da região Centro-Sul do país. As diferenças entre tais casos encontram-se nos elementos que fazem parte das formas assumidas pela instauração do capitalismo brasileiro e de como isto se dá nos seus espaços regionais.

Essas diferenças estão presentes em trabalhos da área de economia regional que tratam das disparidades econômicas entre os diferentes espaços nacionais e que serão fundamentais na sedimentação do que se percebe hoje no sistema urbano do Ceará, como parte da realidade nordestina<sup>8</sup>. É importante apropriar-nos de dois fatos que demarcam esta diferença. O primeiro está na variação que têm as primeiras manufaturas instaladas no Ceará, que surgem não para o atendimento de um mercado que se dinamiza com a expansão da atividade exportadora, como foi o caso do café no Centro-Sul. Ela se instala como requerimento específico voltado para a própria atividade exportadora. O outro fato, e talvez mais importante, está nos destinos dados ao excedente da atividade exportadora, bem como nas relações desta atividade com o capital estrangeiro. Como ressaltava Oliveira (1993, p. 48), para realização do valor da mercadoria, o capital internacional passa a estar presente pela instalação de empresas oligopólicas do setor têxtil aproveitando-se da estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio na qual os grandes fazendeiros passam a exercer a função de intermediários comerciais<sup>9</sup>.

Portanto, nestas relações se solidificam o predomínio do capital mercantil na região com impactos significativos na dimensão regional e urbana. Nas reflexões feitas por Cano (2010) sobre tal predomínio, os efeitos são observados na posse do território como expressão de poder que vão desde o controle da produção local por financiamento, armazenagem e distribuição, até o controle do Estado, que aqui se manifesta no âmbito municipal e estadual. Mesmo com as gradativas

---

<sup>8</sup> Ver Cano (2007 e 2008).

<sup>9</sup> Os grandes fazendeiros, através do sistema de parceria (meação), recolhem a produção dos pequenos produtores transmitindo-a às grandes empresas instaladas na região (Clayton, Cotton Machine). Ainda financia as entre-safras, por contra própria ou com recursos das empresas estrangeiras. Consolida-se um sistema que explica a vulnerabilidade da população rural com implicações na urbanização em particular quando provoca o intenso processo de migrações pela dissolução das atividades rurais, associada às secas.



modernizações posteriores, o processo de urbanização cearense apresenta este predomínio.

Após a implantação das ferrovias alterando os velhos caminhos econômicos, a hierarquia do sistema urbano contemporâneo tem a conformação atual. A capital do estado, que até então não exercera papel relevante no processo de articulação, passa a gozar de dinamismo que tem início com algumas melhorias de infraestrutura, por ter se transformado em cidade e capital da província imediatamente após a Independência<sup>10</sup>. No entanto, mesmo exercendo função administrativa, o aumento populacional de Fortaleza sofre oscilações a partir dos movimentos de migração vindos do interior, ocasionados pelas secas. Esta será uma característica sempre presente na sua evolução.

Os impulsos gerados pela atividade de exportação do algodão e de seus derivados geraram uma série de transformações. A implantação das ferrovias terá efeitos na organização urbana pela dupla emergência: a dos centros coletores como polos regionais e a de Fortaleza como centro de exportação. Deste período em diante se sedimentam os elementos que marcam o exponencial crescimento da capital, a presença de poucos centros de médio porte e inúmeras pequenas aglomerações. O predomínio da capital tendo como referência as transformações no âmbito do aparelho produtivo é instrumento de articulação da rede de cidades, como indica Lefebvre (2001), dando organicidade a uma divisão do trabalho em âmbito técnico, social e político, cujo elo é a estrutura concreta através de estradas e outras vias e também por suas ligações relacionais como comércio e bancos (LEFEBVRE, 2001, p. 13).

As contribuições de trabalhos sobre a história de Fortaleza fornecem o quadro que permite perceber o avanço destas transformações. Nas primeiras décadas após tornar-se cidade, começam a se viabilizar infraestrutura munindo-a das condições exigidas pela atividade administrativa, com a gradativa instalação de aparato institucional, como a Assembleia, Banco Provincial, o Liceu (COSTA, 2007). Antes dos meados do século XIX, o crescimento do comércio, já estimulado pelo início da fase de exportação do algodão

---

<sup>10</sup> A cidade de Fortaleza foi elevada à categoria de vila em 1726, tendo pouca expressão entre as aglomerações do Ceará. Tornara-se sede do governo em 1799, com a independência cearense do Pernambuco e com a proclamação da Independência, passa a cidade, assim como todas as demais vilas que eram sedes de províncias (COSTA, 2007).

também começa a exigir certo aparelhamento quando é projetado um plano de expansão da cidade.

Conforme destacado anteriormente, o impulso definitivo ocorre com a inauguração da estrada de ferro, na década de 1870, quando se firma a função de porta de saída da produção algodoeira de todo o estado. Costa (2007) destaca que esta função irá dotar a estrutura da capital de mais aparatos, como a melhoria da alfândega, instalação de sistema de transporte e iluminação pública, serviços de telégrafo e telefone, bem como a instalação de fábricas de fiação e curtumes a vapor.

No que concerne à reflexão das atividades econômicas, a expansão de Fortaleza e sua relação com o desenvolvimento das atividades econômicas do interior a partir de então passa a ser bem compreendida, quando considerada nos aspectos imperados nas formas exercidas pelo capital e suas implicações nos determinantes da reprodução das forças produtivas, com a constatação antes referida do argumento sustentado por Cano (2010), do domínio do capital mercantil sobre o espaço econômico.

O sintoma deste domínio ancora-se em decorrências que vão desde o crescimento da capital até a expansão da atividade comercial, no início em torno do mercado internacional do algodão. É válido observar que as massas de recursos originadas aí ocorrem sobre uma atividade cujo excedente gerado dá-se no interior, atendendo à lógica de que os rendimentos originados dirigem-se à capital. Dada a inexistência de qualquer alteração na estrutura de propriedade comum ao predomínio mercantil, nenhuma transformação qualitativa será observada.

## **Os efeitos da extensão do desenvolvimentismo ao Ceará: a manutenção da dinâmica estrutural urbana**

Quando a atividade algodoeira começa a encontrar suas limitações no mercado externo pelo restabelecimento da produção norte-americana e modernização do setor com o surgimento de fibras sintéticas, todo o sistema declina. Essa fase também terá diferenciações no espaço e no sistema urbano, tendo como sustentação as adversidades da hierarquia montada, cuja percepção pode ser apontada em duas manifestações.

A primeira delas é a continuidade do exercício dominante do capital mercantil, que intensifica sua busca por outras formas de valorização, sendo a especulação fundiária urbana a mais evidente,

principalmente na capital do estado. Essa manifestação encontrará concordância concreta na segmentação espacial da disposição urbana de Fortaleza, cujo crescimento populacional passa a ter proporções cada vez maiores, motivadas pela intensa migração associada ao problema estrutural das secas<sup>11</sup>.

Outra frente de valorização desta massa de recursos será seu direcionamento para algumas atividades manufatureiras, ligadas à antiga estrutura produtiva. Segundo Amora (2007), a indústria existente do final do século XIX até a década de 1950 era em atividades de beneficiamento de matéria-prima agrícola e extrativista, com produção de bens de consumo não duráveis, predominando têxteis, ceras e óleos vegetais, indústrias alimentares e de bebidas. O processo de industrialização do Ceará em suas fases iniciais, ao se dar baseado prioritariamente no capital local, atende a outro requisito da análise já referida, quando considera que “o capital mercantil não é inteiramente refratário à metamorfose e ao progresso”, sendo aceitável seu direcionamento à diversificação produtiva (CANO, 2009, p. 6).

A segunda manifestação diferenciada no espaço e no sistema urbano com o declínio da atividade exportadora está na estagnação nos componentes complementares da rede urbana do estado, composta por alguns centros médios antigos produtores/coletores da produção, inicialmente pecuária-algodoeira, e uma constelação de pequenas cidades e povoados.

Vale situar que o quadro caótico que se delineia estende-se também aos demais estados e será acicade à problemática do desenvolvimento regional em todo Nordeste, culminando com a criação da SUDENE no final da década de 1950 e sua posterior ação em plena vigência do padrão desenvolvimentista de intervenção que tem aqui sua extensão ao Ceará. Vale ponderar que esta passagem teve relevantes determinações nos rumos da rede urbana cearense.

A alteração regional proposta pela SUDENE com ênfase na industrialização tem sua expressão no estado pela modernização da indústria tradicional pré-existente, obsoleta e descapitalizada, incapaz de concorrer com produtos vindos das outras regiões mais industrializadas. O ápice deste momento será a década de 1970, quando tem impulso os investimentos do II PND, orientados pela lógica de desconcentração e ação promovendo o aproveitamento do

---

<sup>11</sup> A secular vulnerabilidade da população de pequenos produtores rurais ao fenômeno das secas, convém lembrar sem resolução adequada, é detalhada em Oliveira (1993), Furtado (1989), dentre outros.

fator trabalho. O Ceará foi contemplado pela implantação do III Polo Industrial do Nordeste, com destaque para o setor têxtil. Isto permitia a manutenção da dinâmica sobre a rede urbana estadual sendo intensificada, já que a indústria beneficiada encontrava-se prioritariamente em Fortaleza.

O movimento de consolidação do “urbano” no Ceará, com fundamento nos movimentos apresentados aqui, encontram concretude na evolução do crescimento populacional e sua associação com o que ocorre nos demais centros urbanos do estado. Dada a emergência das transformações propostas nas incursões da SUDENE, a promoção industrial assume centralidade nas medidas, promovendo o desenvolvimento e seu rebatimento sobre a questão urbana e constituição do seu sistema, que vem à tona.

Ao fazer relações entre a atividade industrial do Ceará e a ocupação espacial, Amora (2007) divide a industrialização em três períodos. O primeiro está situado dentro da fase primário-exportadora, associada ao auge algodoeiro já tratado aqui, e é caracterizado por implantação de indústrias mais tradicionais ligadas ao beneficiamento de matéria-prima de origem agrícola e pecuária (algodão e oleaginosas) voltadas principalmente ao mercado externo, sendo por isso localizada em cidades coletoras e também na capital (AMORA, 2007, p. 371). A segunda fase tem como característica fundamental os deslocamentos permitidos pela inauguração do planejamento estatal no Nordeste, capitaneados pela criação da SUDENE, confirmando na rede urbana a dinâmica da fase anterior. A última etapa destacada pela autora está localizada temporalmente na reversão do paradigma desenvolvimentista. As envergaduras desta última fase, bem como sua atualidade com pistas para uma modernização, serão tratadas na próxima seção.

### **O sistema urbano cearense face ao pronunciamento da mudança: manutenções versus modernização**

O modelo de ação governamental implementado na economia brasileira durante o processo de avanço de sua diversificação produtiva ficou conhecido por desenvolvimentista, inspirado no que recomendava a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL preconizado por uma versão do Estado keynesino para a periferia capitalista. Os efeitos sobre as formas de ocupação nas diferentes regiões do país, bem como na urbanização, são explorados por uma

vasta quantidade de trabalhos que tratam do assunto sob diversos aspectos.

Os limites deste modelo fazem parte do contexto macro que reside na crise do capitalismo mundial da década de 1970 e se prolonga até os dias atuais pela hegemonia do paradigma neoliberal apontando para o fim da ação pública que objetivava desenvolvimento. Como a constituição do sistema urbano está harmonizada à lógica percorrida pela problemática do desenvolvimento regional, é suficiente para a questão aqui tratada apontar o esvaziamento das políticas de desenvolvimento regional praticadas desde a década de 1960 enquanto consequência deste *hegemon*.

A questão espacial passa a fazer parte deste aparato inserida no contexto de medidas econômicas que terá como instrumento intensivo a guerra fiscal, acompanhada pelo choque na gestão pública que caracterizou a precursora e robusta experiência nacional de aplicação dos pressupostos neoliberais, ainda em meados dos anos 1980. Representa, portanto, parte das interfaces da relação entre política, economia e urbanização que no Ceará terá certo adiamento, visto que, conforme apontado nas primeiras seções deste trabalho, a emergência do urbano e sua analogia com a industrialização foi aqui muito mais retardada. Isso não garantiu os mecanismos lembrados por Lefebvre (2001) do ambiente urbano acicatado pela indústria que potencializa canais de geração de mais riqueza. Tal fase tem certas aptidões sobre o sistema urbano cearense. Será feita rápida digressão sobre esta inflexão no paradigma de intervenção apresentando as particularidades de sua extensão ao Ceará.

Conforme afirma Abu-El-Haj (1997, p. 330), a promoção da atividade industrial, como na fase de implantação da SUDENE até os anos 1970, estimulou a industrialização com pressupostos que induziam à formação de conduta empresarial moderna, possibilitando competir nos mercados nacional e externo. Isso permitiu capacidade de articulação do setor privado cearense, com a modernização de atividades tradicionais. Destaca-se também o protagonismo dos aspectos observados na composição dos capitais quanto à sua origem local e setorial, pela presença marcante do empreendedor local. A metamorfose do capital mercantil referida na seção anterior representará “obstáculo e possibilidade de superação da economia local, à medida que exposto à concorrência e à competitividade, projet[ando] idéias autonomistas no empresariado local” (BONFIM, 2009, p. 16). As oportunidades à sua modernização se legitimam, definindo a sua posterior dinâmica.

Cumprindo o movimento de avanço na complementaridade determinada pela configuração da divisão regional do trabalho, qualificando a inserção do aparelho produtivo dos estados nordestinos e das demais regiões neste período, a industrialização cearense é oportuna na concretização de sua integração à lógica do capitalismo nacional como fora outrora o sistema montado pela agroexportação. Inicia-se, portanto, um processo de “reorganização da ocupação produtiva regional em decorrência da nova visão de planejamento” soldando os moldes da estrutura produtiva regional (SOARES, 2000, p. 3)<sup>12</sup>.

A fase de reversão toma corpo com o conjunto de mudanças no âmbito da política com instauração de um novo grupo político no comando do governo estadual, o chamado “Governo das Mudanças”<sup>13</sup>, que é produto das transformações promovidas pela ação desenvolvimentista no surgimento de uma classe local identificada com a ética empresarial e capaz de promover o processo de alterações econômicas tendo como eixo dinâmico a atividade industrial<sup>14</sup>. Essas mudanças têm suas origens no Centro Industrial Cearense – CIC na segunda metade de década de 1970, quando empresários se organizam em prol do processo de modernização estrutural em âmbito político e econômico no Ceará. Era o lento desmonte de um ciclo na gestão da política econômica denominado de ciclo dos coronéis pela congregação de jovens empresários, homogeneizados por categoria social e domínio técnico como grupo político mais organizado e coeso (PARENTE, 2002, p. 137).

Os signos representados nos sujeitos deste processo reproduzem também a questão espacial e urbana da realidade cearense tendo em vista que o novo grupo tem seu centro de atuação nos municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF enquanto que os líderes deslocados do antigo regime vinham de centros médios do interior do estado, ainda fortemente vinculados à remota estrutura produtiva agrária<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Os resultados deste processo terão seu auge na década de 1970: o decênio será responsável pelas maiores taxas de crescimento do PIB cearense de 77% e 58,4% nos sub-períodos de 1970-75 e 1975-80 respectivamente.

<sup>13</sup> Denominação dada por ABU-EL-HAJ (1997).

<sup>14</sup> Conforme preconizava um dos objetivos da SUDENE de criação de uma cultura empreendedora regional.

<sup>15</sup> O ponto culminante desta mudança se dá em 1986, com a eleição de Tasso Jereissati, um dos jovens empresários, para o cargo de governador.

A nova condução política passa a ter o modo de gestão anterior as causas para o atraso cearense. Com o argumento de superação e de promover um choque de gestão quebrando o clientelismo, avançando sobre uma reforma do Estado tornando-o eficiente, toda a sociedade é convencida e o caso é noticiado como verdadeiro exemplo de avanço sobre o quadro arraigado através da adoção do ideário neoliberal.

No que atine às políticas econômicas, os primeiros estágios se direcionavam a um processo de organização das contas públicas. A justificativa estava na organicidade de fases sucessivas rumo ao crescimento com equidade, em que a superação do esgotamento da capacidade governamental era requisito. O seu alcance era almejado pelas medidas de contenção de gastos e aumento da arrecadação. Na sequência estavam as medidas de promoção do crescimento. Os principais vetores de ação desta fase apontavam para um instrumento utilizado na fase desenvolvimentista, os incentivos fiscais, que sofreriam repaginação, moldando a já mencionada guerra fiscal.

No que se refere ao sistema urbano, além dos efeitos da guerra fiscal conduzida pela ótica da interiorização produtiva, as políticas de desenvolvimento tiveram como plataformas de planejamento uma série de propostas de regionalização, tendo como referência a incorporação das potencialidades econômicas aos aspectos do sistema urbano (VIANA *et al*, 2006). Como generalização, as principais proposições recorriam à hierarquização dos centros urbanos pela identificação dos polos a partir de modelos tradicionais priorizando elementos gravitacionais dos fluxos de pessoas e produtos<sup>16</sup>. A regionalização básica, para todas as demais, passa a ser a que é proposta pelo IBGE, com o agrupamento dos 184 municípios cearenses em 7 mesorregiões que, por sua vez, estão sub-divididas em 33 microrregiões.

A regionalização passa também a ser um instrumento que norteará a prática dos incentivos fiscais, tendo em vista a definição dos polos regionais que terão tratamento privilegiado, além da RMF, na atração e definição de incentivos à medida que os empreendimentos atraídos se distanciam da capital. Essas ações são mantidas posteriormente, desembocando na credibilidade do Ceará como destino para inversões.

---

<sup>16</sup> É importante destacar que as regionalizações estão presentes já em planos de desenvolvimentos anteriores postos em prática desde os anos 1960. A relação destes planos segue a sequência dos governos estaduais de cada período e, para uma leitura detalhada, ver Oliveira Júnior (1996).

O movimento de deslocamento dos empreendimentos que ocorre desde então não está, todavia, desvinculado das tendências definidas no contexto mais amplo de reestruturação produtiva. Aqui, os dinamos predominantes apontam para o aumento da capacidade competitiva cujo embate é exponenciado pelo processo de encurtamento de barreiras e distâncias, que são cada vez mais negligenciadas pela globalização. A máxima neste sentido é a aquisição de vantagens adquiridas pela constante redução de custos. É na sobreposição destas duas inteirezas – a ação governamental, centrada nos incentivos fiscais, e as mudanças provocadas pelas novas formas de gestão da produção - que ocorrerá o processo de transformações da estrutura produtiva cearense com rebatimentos no sistema urbano.

A partir de então se concretiza a alteração da estrutura produtiva estadual, com o avanço das atividades urbanas puxadas pela indústria em detrimento daquelas ligadas ao setor rural. O deslocamento de empresas para o estado consolida setores já presentes, pela atração “em especial de indústrias têxteis, de calçados, vestuário, alimentos e material de embalagem. A indústria de calçados foi fortemente dinamizada (...) Atualmente, ocupa o 3º. lugar no *ranking* nacional, estando logo após o Rio Grande do Sul e São Paulo”. (AMORA, 2007, p. 377).

Rocha (2009) também explora essa gradativa transição do predomínio da agropecuária estagnada para uma economia com base industrial e no setor de serviços. A taxa de crescimento do PIB industrial saltou de 29,11% em 1987 para 41,15% em 2000, enquanto o PIB agrícola cresceu 17,17% e apenas 5,58% nesses mesmos anos. No período de 1989 a 2000, o crescimento do emprego industrial foi de 23,37%.

Apesar dessas transformações reestruturantes, que tiveram como elemento gerador as mudanças na condução da política econômica com efeitos na relação de ocupação do espaço pelas atividades econômicas, os desdobramentos observados na primeira década dos anos 2000 indicam para a não completude deste movimento. Um conjunto de determinantes aponta para tanto, sendo marcante o breve limite de seus benefícios.

No caso específico do Ceará, a apreciação desses fatos sinaliza para a constante avaliação da atração pela guerra fiscal, sendo observada com mais circunspeção tendo em vista o risco de comprometer as “propagadas conquistas,” que são o controle orçamentário público e a modernização produtiva. São feitas algumas revisões à política de incentivos e à própria condução da política de



promoção do desenvolvimento econômico cearense, com maior ênfase a partir de fins dos anos 1990. A necessidade de compreender este processo tem imbricação com as temáticas sobre o sistema urbano do estado já que, não desconsiderando a propriedade da atração de investimentos via isenções quanto ao adensamento da estrutura industrial, dentre as principais reorientações, passam a ser privilegiadas as conexões implicadas na cadeia produtiva regional (*backward linkages e forward linkages*).

Outras medidas complementares são praticadas, tendo efeitos diretos na continuidade das alterações na organização produtiva. As motivações para tanto estão na observância da relativa limitação da atividade industrial quanto ao problema do emprego, que tinha sua gênese na tendência vivida pelo setor agropecuário. Neste contexto, Bar-El (2006, p. 48) analisa o processo de desenvolvimento cearense nos últimos anos, percebendo o papel do setor agropecuário e as mudanças observadas durante a modernização estimulada pela atração industrial, aponta para seu distanciamento em relação a um processo sadio de crescimento econômico. Num processo de desenvolvimento efetivo, é natural o crescimento da produtividade com melhorias técnicas e diminuição mais rápida da participação do emprego do que da produção, o que não ocorre com a atividade rural cearense.

As conclusões sobre a comparação dos resultados da participação da indústria no PIB estadual e sua respectiva participação no emprego, com os mesmos dados do setor agropecuário, fazem caracterizar as mudanças modernizantes vindas com o avanço recente da industrialização como circunscritas: com base em estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Bar-El (2006, p. 48) que apresenta que a participação da agricultura no valor agregado total cai de 15% em 1985 para 6% em 1999, queda que não é acompanhada pela sua participação no emprego, que cai de 48% para 40% no mesmo período, mantendo-se, portanto, elevada. Mesmo que já apresentando seus limites, reconhece-se que esta atividade tem capitaneado o crescimento econômico do Ceará. A decorrência de tal fato está na incapacidade deste modelo em imprimir as transformações estruturais na economia estadual que conduzam à superação da aviltante realidade de atraso econômico e social.

Tal quadro revela sua desordenação nos impactos sobre as tendências do sistema urbano estadual. Ainda que privilegie a interiorização do desenvolvimento industrial, os resultados da política adotada apontam para a concentração da atividade na RMF, conforme descreve Amora (2007, p. 379). Segundo Morais e Rodrigues (2007, p.

201), a atração de investimentos do Ceará foi eficiente quando se considera que até o início dos anos 2000 era o estado que mais crescia na Região Nordeste. No período de 1987 a 2001, a vinda de empresas por meio do programa de concessões fiscais representou 12,7% do total de novas instalações industriais, atraindo um total de 372 empresas. Entretanto, confirmando a idéia de um desdobramento concentrador, 55,9% destas empresas atraídas se estabeleceram na RMF<sup>17</sup>.

Tal questão tem conseqüências fundamentais no aspecto distributivo intraestadual e no seu processo de urbanização, nas formas da organização da atividade econômica e sua extensão nos processos que conduzem ao desenvolvimento econômico e social. As assimetrias entre a distribuição da população e a distribuição das atividades industriais (FARIA, 1976, p. 109) que forjam uma divisão funcional do trabalho entre os centros urbanos são perceptíveis no advento de atividades modernas na RMF que, não obstante ter crescido, não absorve o excedente de mão-de-obra.

Não sendo capaz de absorção da força de trabalho advinda do meio rural, principalmente nos centros do interior, a industrialização promovida intensificou duas etapas do movimento migratório: do meio rural para as cidades interioranas pequenas e, depois, de médio porte e, posteriormente, destas para os municípios da RMF. Os movimentos de *push* do rural apontados por Castells (1983), enquanto determinante do crescimento por intermédio das migrações, torna-se mais forte neste contexto (CASTELLS, 1983, p. 85). Assim sendo, aquela interação entre o comportamento do setor agropecuário e do setor industrial, culminando num padrão de crescimento em contramão ao usualmente esperado, fundamenta-se concretamente pelos fatos reais.

Conforme é visualizado na Tabela 1, a distribuição da população nos municípios, segundo os respectivos tamanhos populacionais, apresentam um sistema urbano com estrangulamentos na sua distribuição, com destaque para a quase ausência de municípios médios com população acima de 100 mil habitantes. Dos três municípios nesta faixa, apenas um está localizado fora da RMF confirmando a macrocefalia.

---

<sup>17</sup> Esta concentração pode ser também observada pela forte participação de 53,4% da População Economicamente Ativa empregada na indústria da RMF no total estadual em 2000. O setor de serviços acompanha esta tendência: a RMF participa com 54,3% do total estadual. (BAR-EL, 2006, p. 53)

**Tabela 1:** Ceará: Distribuição da População por tamanho dos municípios, 2010

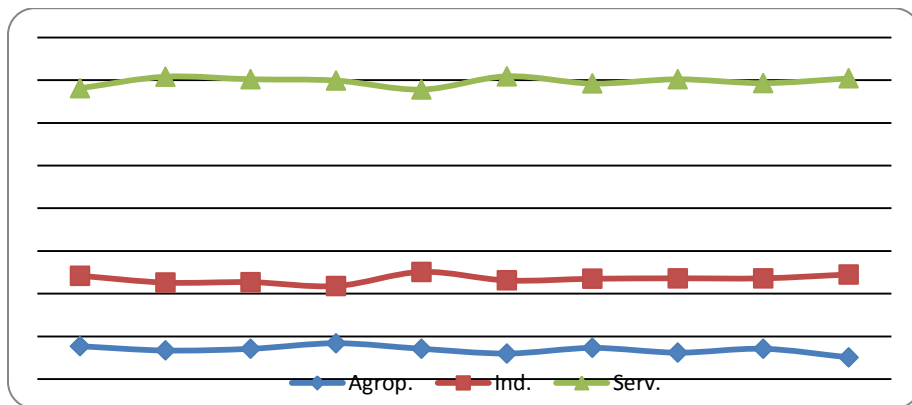
	População	%	Fac	Número de Municípios	%	Fac
abaixo de 10 mil	151.871	1,80	1,80	21	11,41	11,41
entre 10 e 20 mil	1.070.567	12,67	14,46	71	38,59	50,00
entre 20 e 50 mil	1.846.572	21,85	36,31	59	32,07	82,07
entre 50 e 100 mil	1.607.462	19,02	55,33	25	13,59	95,65
entre 100 e 500 mil	1.323.724	15,66	70,99	7	3,80	99,46
acima de 500 mil	2.452.185	29,01	100,00	1	0,54	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.452.381</b>	<b>100,00</b>		<b>184</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Ao observar os graus de primazia urbana, também por distribuição da população urbana brasileira por centros de diferentes tamanhos, até a década de 1970, Faria (1976) afirma esta tendência já neste momento caracterizando-a como uma distribuição lognormal por tamanho de cidade com a elevada expansão dos centros não-metropolitanos de até 250 mil habitantes. No caso do Ceará, este processo ocorre, mas a faixa que tem sua maior participação é a de cidades entre 20 e 50 mil. Embora compreendendo mais de 80% do número de municípios cearenses, aqueles com população entre 10 e 50 mil habitantes possuem apenas 36,3% da população com forte participação na faixa que vai de 20 a 50 mil.

Apesar do estrangulamento gerado por esta macrocefalia de Fortaleza<sup>18</sup>, que concentra quase 40% da população do Estado, conforme atestado por Bar-El (2006, p. 45), maior parte dos cearenses vive no interior “ainda dependente fortemente do emprego agrícola, e por isso fica[ndo] alheia dos benefícios gerados pelo crescimento econômico do Estado”, gerando grandes distorções dadas pelo dinamismo industrial. Não obstante ter dependência do setor agrícola, a população vive predominantemente em áreas urbanas, o que é demonstrado pela taxa de urbanização estadual de 76,4%, maior que a nordestina (71,8%) e menor que a brasileira (83,5%) (IPECE, 2008, p. 12). Sendo usualmente associada ao processo de urbanização, a participação do emprego da indústria cearense se mantém estável, embora a participação deste setor no PIB tenha crescido levemente, ocorrendo o inverso com a agropecuária, conforme se visualiza no Gráfico 1.

<sup>18</sup> O fenômeno é ilustrado quando se observa que a população da segunda maior cidade do estado, Juazeiro do Norte, localizada no Sul do Estado, é dez vezes menor que a população da capital. (BAR-EL, 2002, p. 33).

**Gráfico 1:** Ceará: Distribuição do PIB Setorial, 2000-2009

Fonte: IBGE, (2010)

Completando as ponderações desta evolução, seguindo a tendência iniciada pela modernização, o setor de serviços é o que apresenta evolução mais estável. Além das demandas geradas pelo crescimento urbano, o desempenho de atividades ligadas ao turismo, como transportes urbanos, hotelaria, restaurantes e bares adicionados aos outros efeitos nos setores de comércio e demais serviços, têm influência nas taxas de crescimento da participação dos serviços no PIB estadual e dos principais municípios.

Mesmo com a concentração na RMF, alguns centros regionais interioranos conseguem se diferenciar como polos macrorregionais e, não obstante a inexistência de boa dotação infraestrutural, a abrangência desses centros pelos incentivos contribuiu para a instalação de inúmeras empresas. Cidades como Juazeiro do Norte e Crato, no Sul do estado, Iguatú, no Centro-Sul, Quixadá, no Sertão Central, Sobral e Tianguá, na região Norte, e as localizadas na periferia imediata à RMF, receberam empresas dos setores de calçados, têxtil e alimentos, provenientes, principalmente, do Centro-Sul do país.

Tais questões aqui levantadas de uma realidade periférica, em que o predomínio do aspecto mercantil do capital se junta aos impasses conjunturais que emperram o desenvolvimento econômico pleno, leva a retroceder no tempo indagando sobre a repleta cesta de atrasos. As relações entre política e economia, sua extensão às espacialidades como componente do sistema urbano traz nos subterfúgios do debate as tentativas de escamotear os problemas maiores com resoluções que não alteram elementos estruturais. Manutenções e modernizações se entrelaçam neste quadro.

Assim, fazer chegar a indústria com seus efeitos modernizantes através de incentivos de várias ordens, programas de interiorização, instalações portuárias ou, onde isso não é possível, atuar com estímulos a agronegócios ou ainda turismo e outras ações, têm rebates na permanência de um sistema urbano que já adensado, mantêm-se rarefeito em outros aspectos. Dentre eles, podem ser apresentados a distribuição da população cearense por tamanhos dos municípios, aqui já tratado como reflexo do espaço que se apresenta materializado a partir de outros materiais (CASTELLS, 1983, p. 181).

Muito mais do que modernização, existem diferenciações maiores ainda entre os conceitos de urbe (urbano) e cidade como lapidado pelo pensamento clássico de Coulanges, ao retratar a Cidade Antiga. Foge, na atualidade, o princípio de associação à cidade e, como nunca na história, a urbe deixou de ser santuário de congregação social. Assiste-se, de fato, à destituição das condições humanas nesta referida urbe, que aqui é percebida na desarticulação do sistema urbano, na macrocefalia da RMF, nos condicionantes limitados de inserção.

## **Considerações finais**

Os delineamentos tomados pela hierarquização do sistema urbano se sedimentam na realidade cearense desde o seu processo de formação. Ainda que tardio, o processo de ocupação do Ceará tem neste atraso as condições criadas para lançar os aspectos que irão garantir a rigidez de seu sistema urbano atado aos aspectos de sua rarefação, não somente no que concerne à continuidade espacial, mas às características assumidas pelo crescimento populacional, pela produção e reprodução de excedente e seus canais de apropriação e distribuição. É na ótica de articular canais de fluxos para escoar produtos primários que se forma e se mantém, mesmo com as modernizações, este sistema.

A permanência se confirma com o advento da industrialização, exponenciando ainda mais suas incongruências, manifestadas não só na falta de inclusão e crescimento populacional cada vez mais intenso.

Ainda que caracterizadas por Lefebvre (2001) como centros de vida social e política, em que, além de riquezas, tem-se acumulado conhecimentos, técnicas e obras, as cidades cearenses e o sistema que delas resulta têm, no seu amálgama, rugosidades dos impasses da atual conjuntura social e econômica de um lado e as especificidades do caso aqui tratado de outro, a base que cimenta rigidezes.

A conclusão deste ensaio aponta no caminho de impossibilidade de qualquer conversão da ordem de desordem implantada ainda na etapa de formação, a partir do atendimento à lógica de circulação, que prevalece na contemporaneidade com a mobilização de regionalizações assentadas em polos com base em elementos de competitividade diferenciados, fundamentada em teorias de gravitação. Conforme visto, os restritos resultados provocados pela atração de investimentos via incentivos, a distribuição desigual da população nos centros urbanos por tamanho, a ausência de centros de médio porte, a macrocefalia da RMF, as poucas transformações da mudança na estrutura produtiva são demonstrações cabais do desvirtuamento da urbe.

## **Agradecimentos**

Agradecemos o auxílio concedido pela CAPES pela concessão de Bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior-PDSE.

## **Referências**

ABU-EL-HAJ, J. **Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial**. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: v. 28, n. 3, pp. 327-45, jul/set 1997.

AMORA, Z. B. **Indústria e espaço no Ceará**. In: SILVA, J. B. da CAVALCANTI, T. C., DANTAS, E. W.C [et al]. Ceará: um novo olhar geográfico. 2ª. Ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ASSIS, R. J. S. de e SAMPAIO, J. L. F. **Os Primórdios da Modernização do Território do Ceará: as estradas de ferro re-anunciam a civilização ocidental (1870-1930)**. ANAIS do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2009.

AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades no Brasil colonial**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, Ensaio de Geografia urbana retrospectiva, 1956.

BAR-EL, R. (org). **Desenvolvimento com equidade e redução de pobreza: o caso do Ceará**. Fortaleza: Premium, 2006.

\_\_\_\_\_. **Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BARREIRA, I. A. F. **Pensamento, palavras e obras.** In: In: A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 63-82, 2002.

BONFIM, W. L de S. **Industrialização, Planejamento Estatal e o Paradoxo da Economia Cearense.** Disponível em: [www.politicassuece.com/mapps/.../arq\\_ArtBONFIM%2009\\_3.doc](http://www.politicassuece.com/mapps/.../arq_ArtBONFIM%2009_3.doc), Acessado em 26/junho/2010.

CANO, W. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana no Brasil.** Campinas, SP: Texto de Discussão No. 177, Instituto de Economia, UNICAMP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** 3ª. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970.** 3ª. Ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** 3ª. Ed.. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CARVALHO, J. **Aldeota.** São Paulo: Exposição do Livro, 1963.

COULANGES, F. **A cidade antiga.** Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FARIA, V. **O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes.** Estudos CEBRAP. São Paulo: Brasiliense, No. 18, p. 91-115, out/dez, 1976.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34ª Ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989.

GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: CBPE, 1963.

GUIMARÃES NETO, J. L. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva.** Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico e PIB's Municipais. 2010.** <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp> Acessado em 26/junho/2012.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. **Ceará em números**. Fortaleza: IPECE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Sociais do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2008.

JUCÁ NETO, C. R. **Primórdios da rede urbana cearense**. In: Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 08, No. 16. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, C. F. **A construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

MORAIS, J. M. L. e RODRIGUES, A. da S. **Política industrial em nível subnacional no Brasil: uma avaliação de seus resultados para o Estado do Ceará – 1987/2001**. In: Revista Economia em Debate. Crato/CE: Ano 01, no. 01, pp.173-217, 2007.

**Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 6ª Ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Estado e o urbano no Brasil**. In: Revista Espaço e Debates, v. 6. 36-54, 1982.

OLIVEIRA JR., J. A. **Planejamento, política de transportes e desenvolvimento regional**. Fortaleza/CE: IPLANCE, 1996.

PARENTE, J. C. e ARRUDA, J. M. (org) **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PINHEIRO, F. J. **Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território**. In: SOUZA, S. (org). Uma nova história do Ceará. 4ª. Ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ROCHA, A. G. T. **Velhos Instrumentos, Enfoque Inovador: Combinando Subsídios Fiscais e Desenvolvimento Local: O Caso do Ceará**. Artigo nº 05. IPECE. Disponível em <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em 28/01/2009.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade dos fenômenos urbanos em países subdesenvolvidos**. 2ª. Ed.. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.



SILVA, J. B. da. **A cidade contemporânea no Ceará**. In: SOUZA, S. (org). Uma nova história do Ceará. 4<sup>a</sup>. Ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SOUZA, M. S. de. **Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades**. In: SILVA, J. B. da CAVALCANTI, T. C., DANTAS, E. W.C [et al]. Ceará: um novo olhar geográfico. 2<sup>a</sup>. Ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

VIANNA, P. J. R. (*et al*). **A regionalização do Estado do Ceará: uma proposta de reformulação**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará -IPECE, Texto de Discussão No. 25, 2006.